

P. 52/2016

----- **CONTRATO DE ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DE CAMINHOS FLORESTAIS DA REDE SECUNDÁRIA – REDE DE FAIXAS DE GESTÃO COMBUSTÍVEL.** -----

----- No dia três do mês de novembro de dois mil e dezasseis, no edifício dos Paços do Concelho, eu Artur Ferreira Gonçalves, na qualidade de Oficial Público da Câmara Municipal de Tondela, reduzo a escrito o presente Contrato com os seguintes outorgantes: -----

-----**PRIMEIRO**-----

----- José António Gomes de Jesus, casado, natural e residente na freguesia e Concelho de Tondela, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Tondela, outorgando em representação do Município de Tondela com o NIPC 506 822 680, por força do disposto na alínea f) do número 2 do artigo 35.º, da Lei número 75/2013, de 12 de Setembro. -----

-----**SEGUNDO**-----

----- Tiago Manuel Martins Ribeiro, casado, natural da freguesia de Paranhos, Concelho do Porto e residente na Avenida da República, nº 80, Prumada 2, 5º Esq., Matosinhos, com o NIF 226 606 953 e o cartão de cidadão número 12088004, válido até 19/05/2020, emitido pela República Portuguesa, com poderes para outorgar em representação e na qualidade de Procurador da Sociedade Anónima Norcep Construções, S.A., com o NIPC 502 300 264, com sede na Avenida da Europa, Edifício Encosta do Rio, nº 10, freguesia e Concelho de Vila Real, conforme verifiquei pela Certidão Permanente do Contrato de Sociedade subscrita em dez de novembro de dois mil e quinze e por Procuração datada de onze de novembro de dois mil e quinze, que arquivo respetivamente sob os números um e dois, com o Alvará de empreiteiro de obras públicas número 56917 – PUB, que arquivo sob o

número três. -----

----- Verifiquei a identidade do primeiro outorgante pelo conhecimento pessoal que dele tenho, bem como dos poderes que legitimam a sua intervenção neste ato e a do segundo outorgante pela exibição do mencionado documento de identificação. ---

----- Pelo primeiro outorgante foi dito que por seu despacho datado de 23/09/2016, que arquivo sob o número quatro, foi manifestada a intenção de adjudicar e formalizada em 12/10/2016, à firma aqui representada pelo segundo outorgante e após procedimento por Ajuste Direto, a empreitada de Requalificação de Caminhos Florestais da Rede Secundária – Rede de Faixas de Gestão Combustível, de acordo com a sua proposta e correspondente lista de preços unitários que lhe serviu de base datada de 22/09/2016, que arquivo sob o número cinco. -----

----- A minuta deste contrato foi aprovada por despacho do Senhor Presidente da Câmara datado de 12-10-2016, que arquivo sob o número seis. -----

----- O valor da presente adjudicação é de cento e quarenta e sete mil novecentos e trinta e um euros, mais o Imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor.

----- Que esta empreitada é por série de preços e os pagamentos se efetuarão no prazo de sessenta dias após a receção pela Câmara das respetivas faturas, mediante Autos de Medição a elaborar mensalmente de acordo com o Caderno de Encargos, que arquivo sob o número sete. -----

----- Em caso de atraso do contraente público no cumprimento das obrigações pecuniárias, tem o cocontratante direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora. ---

----- Que a revisão de preços será calculada nos termos do Decreto-Lei número 6/2004, de 06 de Janeiro, de acordo com o estipulado no Decreto-Lei número

18/2008, de 29 de janeiro, mediante a seguinte fórmula tipo: -----

----- F16 – CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS. -----

----- Que esta empreitada deverá estar concluída cento e vinte dias após a assinatura do Auto de Consignação, prevendo-se o seu início em 04/11/2016 e o seu termo em 05/03/2017. -----

----- Que na parte não especialmente prevista neste Contrato e Caderno de Encargos, se aplicarão as normas legais reguladoras do regime jurídico de Empreitadas e Fornecimentos de Obras Públicas, aprovadas pelo Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de janeiro. -----

----- Em caso de atraso no início ou na conclusão da execução da obra por facto imputável ao empreiteiro, o dono da obra pode aplicar uma sanção contratual, por cada dia de atraso, em valor correspondente a um por mil do preço contratual. -----

----- No caso de incumprimento de prazos parciais de execução da obra por facto imputável ao empreiteiro, é aplicável o disposto no parágrafo anterior, sendo o montante da sanção contratual aí prevista reduzido a metade. -----

----- O empreiteiro tem direito ao reembolso das quantias pagas a título de sanção contratual por incumprimento dos prazos parciais de execução da obra quando recupere o atraso na execução dos trabalhos e a obra seja concluída dentro do prazo de execução deste Contrato. -----

----- Pelo segundo outorgante foi dito que aceita para a firma que aqui representa, a presente adjudicação com todas as obrigações que deste Contrato emergem, pela forma como fica exarado e documentos que dele fazem parte integrante e atrás mencionados, renunciando a todo o benefício ou direito que de qualquer modo as



possa limitar, restringir ou anular. -----

----- O encargo total deste contrato incluindo o Imposto Sobre o Valor Acrescentado à taxa legal de seis por cento, no montante de oito mil oitocentos e setenta e cinco euros e oitenta e seis cêntimos, é de cento e cinquenta e seis mil oitocentos e seis euros e oitenta e seis cêntimos. -----

----- Foram também apresentados pelo segundo outorgante e juntos a este processo, os seguintes documentos: -----

----- Documento número oito: Certidão validada via internet e emitida em dezanove de setembro de dois mil e dezasseis pelo Serviço de Finanças de Vila Real, comprovativa de que tem a sua situação tributária regularizada. -----

----- Documento número nove: Declaração emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta em dezanove de setembro de dois mil e dezasseis, comprovativa de que tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social. -----

----- Nos termos do número 3 do artigo 88º do C.C.P., serão efetuadas retenções no valor de dez por cento dos pagamentos a efetuar. -----

----- O encargo total deste contrato será satisfeito pelo capítulo 07-01-04-08, conforme Orçamento aprovado em Câmara e Assembleia Municipais para o corrente ano. -----

----- O compromisso de verba tem o número sequencial 21923/2016, datado de 28/10/2016. -----

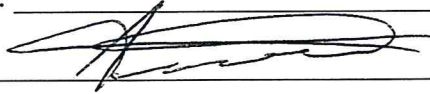
----- Mais se consigna nos termos do disposto na alínea h) do artigo 96 do Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de janeiro, que esta empreitada terá execução no corrente ano e seguinte. -----

----- Assim o disseram.-----

-----O Primeiro Outorgante: \_\_\_\_\_

-----O Segundo Outorgante: \_\_\_\_\_

-----O Oficial Público: \_\_\_\_\_

A handwritten signature in dark ink, consisting of a large, stylized 'X' or 'K' shape followed by several horizontal strokes, written over the line for the 'Oficial Público'.